

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

Assuntos

| | |
|--|---|
| Resumo Fiscal/Legal – Outubro de 2010 | 1 |
| Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 | 2 |
| Revisores e Auditores | 9 |

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – OUTUBRO DE 2010

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 105/2010, de 1 de Outubro - Aprova a 8.ª fase de reprivatização do capital social da EDP - Energias de Portugal, S.A..

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2010, de 12 de Outubro - Fixa as condições concretas da 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S.A..

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2010, de 12 de Outubro - Prorroga o prazo para a apresentação das propostas no âmbito do concurso público de reprivatização do BPN - Banco Português de Negócios, S.A..

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro - Elimina o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto. O referido decreto-lei produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Decreto-Lei n.º 118/2010, 25 de Outubro - Define prazos de pagamento máximos para efeitos de pagamento do preço nos contratos de compra e venda ou de fornecimento de bens alimentares destinados ao consumo humano.

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Portaria n.º 1101/2010, de 25 de Outubro - Terceira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 foi aprovada na generalidade pelo Parlamento no passado dia 3 de Novembro.

Face à relevância da informação, passamos a enunciar as principais medidas de natureza fiscal previstas no documento referido, ainda que se trate apenas de uma proposta de lei, pelo que poderá ser objecto de alterações aquando da respectiva discussão e aprovação na especialidade.

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

Dupla tributação económica

Deixam de beneficiar do regime de eliminação da dupla tributação económica sobre os dividendos distribuídos as entidades que detenham directamente participações, no capital da entidade que efectua a distribuição, inferiores a 10%, independentemente do correspondente valor de aquisição seja ou não superior a 20 milhões de euros.

A dedução parcial (50%) dos lucros recebidos deixa de ser possível, passando a dedução integral a depender da detenção de uma participação de pelo menos 10% no capital da sociedade que distribui os lucros, independentemente do valor de aquisição da participação ser ou não superior a 20 milhões de euros. O requisito de participação mínima de 10% passa a ser aplicável a SGPS, SCR e ICR.

As SGPS deixam de poder deduzir os lucros recebidos, quando estes não tenham sido sujeitos a tributação efectiva na esfera da sociedade que os distribui.

Isenção sobre lucros distribuídos

Eliminada a possibilidade de isentar de retenção na fonte os dividendos distribuídos por entidades residentes em Portugal, para efeitos fiscais, a entidades residentes na UE eEEE, sendo as participações detidas inferiores a 10%, tenham ou não um valor de aquisição da participação financeira de, pelo menos, 20 milhões de euros.

Dedutibilidade das menos-valias

As menos-valias e outras perdas relativas a partes de capital deixam de ser dedutíveis na parte correspondente aos lucros que tenham beneficiado do regime da eliminação da dupla tributação nos últimos quatro anos.

Regime do reinvestimento

A possibilidade de reduzir a tributação das mais-valias de partes de capital alienadas passa a depender dessa participação corresponder a pelo menos 10% do capital social da entidade

2/9

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

participada, independentemente do valor de aquisição ser ou não superior a 20 milhões de euros.

Créditos incobráveis

Para efeitos de determinação da perda por imparidade, os créditos que tenham sido reclamados em tribunal arbitral passam a poder ser considerados como créditos de cobrança duvidosa, sendo esta perda aceite para efeitos fiscais a 100%.

Podem também ser considerados como créditos incobráveis os reconhecidos por tribunal arbitral no âmbito de litígios emergentes da prestação de serviços públicos essenciais e os créditos prescritos, neste último caso, se não ultrapassarem o valor de 750 euros por crédito.

A dedutibilidade fiscal dos créditos considerados incobráveis, incluindo as situações de imparidade, passa a estar dependente da existência de prova da comunicação ao devedor da anulação da dívida.

Taxas

A retenção na fonte de IRC sobre as remunerações auferidas na qualidade de membro de órgãos estatutários de pessoas colectivas e outras entidades passa a ser efectuada à taxa de 21,5%, incluindo os rendimentos de títulos de dívida e outros rendimentos de capitais obtidos por entidades que não tenham sede nem direcção efectiva em território português e aí não possuam estabelecimento estável ao qual os mesmos sejam imputáveis, desde que não sejam expressamente tributados a uma taxa diferente.

Passam a ser tributados, à taxa de 30%, por retenção na fonte, a título definitivo, os rendimentos de capitais pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto se identificado o beneficiário efectivo, aplicando-se, nesta situação, as regras gerais.

No que diz respeito aos rendimentos pagos ou colocados à disposição por sociedades gestoras de patrimónios residentes em território português, com conta aberta, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho, junto de entidades registadoras ou depositárias, a obrigação de efectuar a retenção na fonte passa a ser sua responsabilidade.

O rendimento global apurado por entidades que possuam sede ou direcção efectiva em território português e que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, passa a ser tributado à taxa de 21,5% (actualmente é de 20%).

Tributação Autónoma

A taxa de tributação autónoma de 5% aplicada para os encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas com menor impacto ambiental é eliminada, passando a estar sujeitos às regras gerais de tributação autónoma.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

Aplicação da taxa de 10% a encargos efectuados ou suportados, ainda que não dedutíveis, relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo valor de aquisição seja inferior ou igual ao definido por Portaria (2011 – 30 mil euros), com excepção dos relativos a veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica.

Em relação a encargos efectuados ou suportados, ainda que não dedutíveis, com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, cujo valor de aquisição seja superior ao montante referido no parágrafo anterior, passa a ser aplicada uma taxa de 20%.

As taxas de tributação autónoma são agravadas em 10 pontos percentuais, se os sujeitos passivos apresentarem prejuízos fiscais nos exercícios a que os gastos se referem, relativamente a todos os encargos sujeitos a tributação autónoma.

Resultado da liquidação

O IRC liquidado não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado na ausência de benefícios fiscais/regimes fiscais especiais, existindo desta forma um agravamento de 15% (actualmente a limitação do IRC liquidado ascende a 75%).

A limitação referida anteriormente passa a abranger todos os benefícios fiscais, com exclusão daqueles que se encontram devidamente identificados, situação que difere da redacção actualmente em vigor, pois esta identifica expressamente os benefícios fiscais aos quais é aplicada essa limitação.

Dedução de prejuízos fiscais

A dedução dos prejuízos fiscais passa a depender de certificação legal das contas emitida por Revisor Oficial de Contas, em condições a definir por Portaria do Ministro das Finanças. Sempre que estejam em causa prejuízos fiscais relativos ao período imediatamente anterior ao da ocorrência das alterações que determinam a perda do seu reporte e estas alterações ocorram antes do termo do prazo de entrega da Modelo 22, o requerimento para a manutenção do reporte pode ser apresentado nos 15 dias subsequentes ao termo do prazo de entrega da declaração ou na data da respectiva entrega, se anterior.

O período de reporte de prejuízos fiscais e menos-valias das pessoas colectivas que não exercem, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola, é reduzido de seis para quatro exercícios, à semelhança do que já sucede com o prazo de reporte aplicável às demais entidades sujeitas ao regime geral de IRC.

Pedidos de reembolso

No caso dos lucros distribuídos por entidades residentes a entidades na UE ou EEE, permite-se o reembolso do imposto retido na parte em que seja superior ao que resultaria da aplicação das taxas gerais de IRC e derrama estadual, tendo em consideração todos os rendimentos obtidos por estas entidades, incluindo os obtidos em território português, se solicitado no prazo de dois anos.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

Regime especial de tributação dos grupos de sociedades

Para efeitos de determinação do lucro tributável do grupo, deixa de ser possível corrigir a soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais nas declarações individuais, pela parte dos lucros distribuídos entre as sociedades do grupo que se encontre incluída nas bases tributáveis individuais.

Pagamento especial por conta

Alargamento, no caso de bancos, empresas de seguros ou outras entidades do sector financeiro, do conceito “volume de negócios” para efeitos de cálculo dos pagamentos especiais por conta, o qual passa a contemplar comissões de contratos de seguro e operações consideradas como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços, consoante a natureza da actividade exercida pelo sujeito passivo

Obrigações contabilísticas

As facturas ou documentos equivalentes, talões de venda ou quaisquer outros documentos de relevância fiscal, processados por computador nos termos definidos no n.º 7 do artigo 52.º do Código do IVA, passam a poder ser arquivadas em suporte electrónico independentemente do prazo.

Despesas com equipamentos e *software* de facturação

As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate, em 2010 ou 2011, de programas e equipamentos informáticos de facturação substituídos por força da exigência de certificação do *software*, são consideradas perdas por imparidade, sem necessidade de aceitação pela DGCI, sendo as despesas com a aquisição de programas e equipamentos certificados, adquiridos em 2010 e 2011, gasto fiscal no exercício em que sejam suportadas.

Remuneração convencional do capital social

Mantém-se em vigor, no período de 2011 a 2013, a dedução ao lucro tributável da remuneração convencional do capital social.

Juros e remuneração de suprimentos e empréstimos de PME

No caso de PME, conforme definidas no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, suprimentos e outros empréstimos de sócios de PME, passam a ser dedutíveis para efeitos fiscais os juros cujo montante seja fixado com base na taxa Euribor a 12 meses do dia da constituição da dívida, acrescida de um spread até 6% (anteriormente 1,5%), excepto quando aplicáveis as normas relativas a preços de transferência.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

Regime de neutralidade fiscal

O regime de neutralidade fiscal aplicável aos sócios das sociedades que tenham sido objecto de fusão ou cisão, passa a ser igualmente extensível aos sócios de sociedades que sejam objecto das demais operações de fusão ou cisão abrangidas pela Directiva n.º 2009/133/CE.

Contribuições sobre o sector bancário

Passa a existir uma contribuição a incidir sobre: (i) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos, deduzido dos fundos próprios de base e complementares e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos (taxa entre 0,01% e 0,05%); e (ii) o valor nominal de instrumentos financeiros derivados apurado pelos sujeitos passivos (taxa entre 0,0001% e 0,0002%). A taxa a aplicar é definida em função do valor apurado para as bases de incidência referidas anteriormente, em condições a definir por Portaria do Ministro das Finanças.

São sujeitos passivos desta contribuição as seguintes entidades: (i) as instituições de crédito com sede principal e efectiva da administração situada em território português; (ii) as filiais em Portugal de instituições de crédito que não tenham a sua sede principal e efectiva da administração em território português; e (iii) as sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede principal e efectiva fora da UE.

A liquidação e o pagamento da contribuição devem ser efectuados até ao último dia do mês de Junho.

Impostos Indirectos

Aumento das taxas de IVA

Verifica-se um aumento da taxa normal em 2 pontos percentuais no Continente e de 1 ponto percentual nas Regiões Autónomas, passando a vigorar a taxa normal de 23% e 16%, respectivamente.

Imposto sobre veículos

Introdução de um coeficiente anual de “actualização ambiental” na fórmula do ISV, introduzindo para 2011 um acréscimo genérico de 5% na componente ambiental do cálculo.

Deixa de estar isenta de ISV a aquisição de veículos de transporte colectivo utilizados em actividade de interesse público, que sejam adquiridos por pessoas colectivas de utilidade pública, com excepção das instituições particulares de solidariedade social.

Locação financeira – IMT

Clarificado que o locatário financeiro goza de isenção de IMT no exercício do direito de opção de compra do imóvel, revoga-se a taxa reduzida de IMT de 4% no caso de aquisição por parte

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

das locadoras de certo tipo de imóveis, entre os quais os imóveis destinados a indústrias de interesse para o desenvolvimento económico do país.

Aquisição de prédios por instituições de crédito em virtude de dação em cumprimento - IMT

Não obstante o reconhecimento da isenção de IMT no caso de dação em cumprimento de determinado tipo de imóveis (exemplo dos imóveis destinados à habitação), estar dependente de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a instituição de crédito passa a poder requerer a suspensão do pagamento do IMT, em vez do seu pagamento e posterior reembolso, nos casos em que a dação em cumprimento tenha sido efectuada por devedor pessoa singular.

De referir, que caso o pedido de isenção não seja deferido, são devidos juros compensatórios pelo prazo de 180 dias.

Fundos de Investimento Imobiliário

Voltam a estar isentos de IMI e de IMT os prédios integrados em Fundos de Investimento Imobiliário fechados de subscrição pública.

Isenção nos Suprimentos – Imposto de Selo

A exigência de estipulação de um prazo inicial não inferior a 1 ano para o contrato e respectivo reembolso para efeitos de isenção de IS dos empréstimos com características de suprimentos é eliminada.

Benefícios Fiscais

Mais-valias realizadas por não residentes

A isenção de tributação das mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais, outros valores mobiliários, *warrants* autónomos e instrumentos financeiros derivados, passa a não ser aplicável a entidades residentes em país com o qual não esteja em vigor uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação ou um Acordo sobre Troca de Informações em matéria fiscal

Tributação de dividendos de acções adquiridas no âmbito das privatizações

Passa a estar sujeita a tributação em IRC ou IRS a totalidade dos dividendos de acções adquiridas na sequência de processos de privatização realizados até ao final de 2002. Anteriormente, esse montante era considerado em apenas 50%.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

Criação líquida de emprego

A majoração dos custos suportados com o mesmo colaborador passa a ser possível relativamente a mais do que uma entidade patronal, desde que não existam relações especiais entre estas.

Transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias

Em 2011, mantém-se a isenção de tributação das mais-valias resultantes da transmissão onerosa de veículos afectos à actividade de transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias, desde que respeitem determinadas condições, e que, no próximo exercício até ao fim do segundo exercício seguinte, seja efectuado o reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos novos fabricados em data não anterior a 2010 e afectos a idêntica finalidade.

SIFIDE II

Foi aprovado o SIFIDE II, dentro da mesma linha do regime anterior, designadamente no que diz respeito aos conceitos utilizados, âmbito e condições para a dedução fiscal e em matéria de obrigações acessórias e contabilísticas, a vigorar até 2015. Contudo, salientamos a introdução de uma majoração de 10% à taxa base de dedução de 32,5% aplicável a PME que não beneficiem da taxa incremental de 50%, por não terem ainda completado dois exercícios de actividade e a manutenção da possibilidade de reporte, nos seis exercícios imediatos, das despesas que, por insuficiência de colecta, não tenham sido deduzidas no exercício da sua realização.

RFAI

O Regime Fiscal de Apoio ao Investimento é prorrogado até 31 de Dezembro de 2011, sem quaisquer alterações ao regime em vigor desde 2009.

Lei Geral Tributária

Informação bancária

Em situações de dívidas tributárias comprovadas, a Administração Tributária pode aceder a toda a informação bancária do contribuinte, sem dependência de consentimento do titular.

As instituições de crédito e sociedades financeiras passam a ser obrigadas a entregar, até ao final do mês de Julho de cada ano, uma declaração de modelo oficial com a descrição dos pagamentos efectuados através de cartões de crédito e de débito, efectuados por seu intermédio, a sujeitos passivos que auferiram rendimentos da categoria B (IRS) e IRC, sem identificação dos respectivos titulares.

ORA newsletter

Nº 46 – NOVEMBRO/2010
(circulação limitada)

A abertura ou manutenção de contas por contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada ou estejam inseridos em sectores de risco passa a estar sujeita a mecanismos de informação automática.

- Ivo Morais -

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas deu conhecimento que a Comissão Europeia lançou no passado mês de Outubro uma consulta pública sobre as formas de melhorar o mercado europeu de auditoria.

A crise financeira veio colocar na agenda da Comissão uma possível intervenção, durante o ano de 2011, sobre alguns assuntos que vinham sendo discutidos há algum tempo e se aguardava uma tomada de decisão.

Está, assim, lançado um debate alargado sobre diversas questões da maior relevância: a independência, a concentração de mercado, a prestação de outros serviços em acumulação com a auditoria, a confiança, a fiabilidade dos relatórios de auditoria, a designação de auditor nas entidades de interesse público, entre outros assuntos de muito interesse.

A data limite para a resposta à consulta que se encontra no *site* da OROC é o dia 8 de Dezembro de 2010.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.